Quarto de despejo: preconceito linguístico, banimento literário e interseccionalidade

Waldimiro Maximino Tavares César*
Alex Araújo Mar**
Elis Regina Fernandes Alves***
Edivania Frutuoso da Silva****

Resumo

O presente artigo busca explorar questões relativas à interseccionalidade presente nas críticas a *Quarto de despejo:* diário de uma favelada (1960), de Carolina Maria de Jesus. A obra, hoje considerada seu *Magnum Opus*, foi alvo de duras avaliações no lançamento, sustentadas por uma postura preconceituosa contra sua linguagem coloquial, vista como "inadequada" ao fazer literário. Essa resistência à escrita da autora, amparada na marginalização social de uma mulher negra, pobre, moradora de uma favela e catadora, acarretou, mesmo após a expressiva projeção comercial do livro, sua exclusão do meio literário e editorial, situação que perdura por muitos anos, após sua morte. Os resultados da pesquisa apontaram para a necessidade de investigar a forma como o

* Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre pelo Programa de Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor da Secretaria de Educação e Desporto do Estado do Amazonas (SEDUC-AM). Orcid: https://orcid.org/0000-002-2795-9719.

** Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor da Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED-AM). Orcid: https://orcid.org/0009-0001-1799-5433.

*** Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). Professora Doutora adjunta da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Orcid: http://orcid.org/0000-0002-2795-8062.

****Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora de Educação e Desporto do Estado do Amazonas (SEDUC-AM) e da Secretaria. Orcid: https://orcid.org/0009-0009-4738-3778.

preconceito linguístico serviu como ferramenta interseccional de silenciamento, segregação e banimento, reforçando barreiras sociais ainda persistentes, na contemporaneidade. A análise evidencia que a recepção negativa à obra não se deu apenas por questões estilísticas ou ligadas à falta do uso da norma culta ao longo do texto, mas por um viés excludente, formado por diversos aparelhos discriminatórios que engendram mecanismos de apagamento psicossocial, como gênero, raça e classe, que desconsiderou sua riqueza narrativa, a profundidade das vivências relatadas e o impacto de seu testemunho social. Como aporte teórico, foram utilizadas obras de Akotirene (2019), Crenshaw (1989), Collins (2017) e Davis (2016), entre outros.

Palavras-chave: *Quarto de despejo*; preconceito linguístico; banimento literário; interseccionalidade; Carolina Maria de Jesus.

Quarto de despejo: Linguistic Prejudice, Literary Banishment, and Intersectionality

ABSTRACT

This article aims to explore issues related to intersectionality evident in criticisms of *Quarto de despejo:* diário de uma favelada (1960), by Carolina Maria de Jesus. The work, now considered her *Magnum Opus*, was met with harsh criticism upon its release, largely driven by prejudiced views toward her colloquial language, deemed "inappropriate" for literary production. This resistance to the author's writing, rooted in the social marginalization of a Black, poor, *favela*-dwelling woman and waste picker, led to her exclusion from the literary and publishing world, even after the book achieved significant commercial success, a situation that persisted for many years after her death. The research findings highlight the need to examine how linguistic prejudice served as an intersectional tool of silencing, segregation, and exclusion, reinforcing social barriers that still endure today. The analysis reveals that the negative reception of the work was not solely due to stylistic issues or a lack of adherence to standard language norms, but rather to an exclusionary bias shaped by various discriminatory mechanisms such as gender, race, and class, which contributed to a process of psychosocial erasure. These biases disregarded the narrative richness, the depth of the lived experiences she shared, and the impact of her social testimony. The theoretical framework draws on the works of Akotirene (2019), Crenshaw (1989), Collins (2017), and Davis (2016), among others.

Keywords: *Quarto de despejo;* linguistic prejudice; literary banishment; intersectionality; Carolina Maria de Jesus.

Recebido em: 13/04/2025 // Aceito em: 22/07/26

Introdução

No âmbito da categorização conceitual, é coerente ilustrar a linguagem formal como a utilizada em situações em que seja necessária a utilização da norma culta. Da mesma forma, é plausível situar a linguagem não formal como aquela usada em contextos nos quais não exista a obrigatoriedade de empregar a comunicação formal. Contudo, essa divisão classificatória não atribui, de modo algum, distinção semântica à língua falada ou à escrita, de maneiras diversas, no Brasil: o Português. Como destaca Faraco (2008, p. 31), "uma língua é constituída por um conjunto de variedades".

Por essa razão, não é linguisticamente lógico afirmar que uma pessoa com pouca ou nenhuma instrução formal, institucionalizada, "não tem conhecimento da Língua Portuguesa". Até porque, se assim o fosse, não deteria habilidade vocabular alguma que a tornasse apta à utilização do idioma, não conseguindo, consequentemente, efetuar qualquer processo de comunicação, embora, por exemplo, o analfabetismo funcional se configure como uma condição em que uma pessoa sabe ler e escrever palavras ou números simples, mas não consegue compreender textos ou usar essa informação no cotidiano. Isso gera barreiras no trabalho, como também no acesso a serviços básicos e na vida social, limitando a autonomia e o exercício da cidadania. Ainda assim, é válido constatar que, se o falante possui apenas conhecimento de elementos pontuais do idioma que fala, isso, frisando algumas exceções, como alunos do EJA que já relataram ser enganados em alguns contratos verbais[1],

1 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Contratos de prestação de serviços educacionais e o Código de Defesa do Consumidor. Brasília: CNJ, s.d.

não acarreta nenhum tipo de prejuízo à sua interação social. O emprego da norma culta, em dadas conjunturas e ocasiões de comunicação pessoal e comunicação comunitária, não confere prestígio social ou mesmo intelectual às pessoas que têm domínio sobre ela.

Carolina Maria de Jesus (1914-1977), hodiernamente, é celebrada por conta da franqueza comovente e riqueza narrativa sobre a realidade dos socialmente marginalizados por fatores como pobreza, racismo e misoginia; é reconhecida como uma autora de expressiva relevância para a literatura brasileira. Todavia, durante e após seu período de atividade, na década de 50, teve a qualidade de sua escrita severamente questionada, com regulares ataques à informalidade de sua narrativa. Como alegações que amparam tais críticas, estão o uso de linguagem coloquial e o limitado conhecimento normativo, argumentos que servem de alicerce para o significativo preconceito que a autora enfrenta por parte do cânone literário de sua época. Nos seus livros, há a "escrita do eu" (autobiográfica e de testemunho) e a linguagem direta que reflete uma trajetória única com a literatura. Mas isso a exclui das rodas literárias de então, porque os jornalistas e acadêmicos de seu tempo efetuaram avaliações duramente taxativas, pondo em dúvida o caráter literário de seus textos. Os jornalistas e acadêmicos de seu tempo, em avaliações duramente taxativas, puseram em dúvida o caráter literário de seus textos.

No decorrer dos anos, componentes como a força temática, a inovação no uso dos elementos da narrativa e o aspecto extremamente perturbador de seu conteúdo, por evidenciar a contínua exclusão socioeconômica ainda atual que alveja as minorias, foram decisivos para alçá-la a um local de

merecida proeminência na cultura brasileira. Ainda assim, o lugar contemporâneo que a autora ocupa não lhe faz justiça, embora a tenha tornado um pouco mais visível. Carolina, por ser catadora de lixo, favelada, negra, mulher e mãe solo, com pouquíssima propriedade acerca da linguagem escrita formal, foi desqualificada durante décadas como escritora, sofrendo um atroz preconceito (socioeconômico, racial e de gênero) não só por parte da conservadora sociedade brasileira dos anos 1960, mas também da elite literária masculina, branca e elitista do período.

Seus detratores optaram por ignorar imprescindíveis qualidades na sua escrita, como a profundidade de sua sinceridade e a pluralidade na exposição detalhada do cotidiano das comunidades relegadas à margem social. À época, a visão de Carolina da realidade circundante e a forma de retratá-la serviram, também, para atestar o preconceito linguístico e o silenciamento de seu discurso como ferramenta interseccional para sua exclusão não só do meio literário-editorial, mas também para o silenciamento do seu discurso sob a égide da inadequação linguística.

No que tange aos procedimentos metodológicos, este texto será desenvolvido em um plano cuja distribuição reside na seguinte sequência: busca e revisão bibliográfica pertinente à temática do estudo, considerações acerca do preconceito linguístico enquanto elemento que descaracteriza o fazer literário e sua utilização como instrumento interseccional de exclusão, tomando como base o lançamento e andamento temporal da visão canônica sobre *Quarto de despejo:* diário de uma favelada, da referida autora. Como suporte teórico, serão utilizadas obras de Adorno (1995), Akotirene (2019), Collins (2017), Crenshaw (1989), Davis (2016), Heller (1979) e Miranda (2013), entre outros.

Relato de sobrevivência no *quarto de despejo*

Em uma definição simples e direta, "sobreviver" é o verbo que pode ser observado como eixo temático, fato notório em muitos trechos da obra *Quarto de despejo:* diário de uma favelada (1960), registro nascido de um conjunto de anotações cotidianas que resultou em um relato autobiográfico de Carolina Maria de Jesus.

A autora foi descoberta pelo jornalista Audálio Dantas, que posteriormente seria o primeiro editor de *Quarto de despejo* que, em 1958, visitou a hoje extinta favela do Canindé, na cidade de São Paulo, onde Carolina Maria de Jesus vivia, e interessou-se por sua história.

O livro, estruturado em forma de diário, pode ser classificado como integrante do universo da escrita autobiográfica. De forma depreciativa e limitadora, durante muito tempo, o diário, enquanto gênero literário, bem como outras formas autobiográficas, foi alvo de preconceito literário e considerado "menor", como se observa na postulação do crítico literário Massaud Moisés: "diários íntimos carregam interesse literário, posto que restrito" (1974, p. 148). Por conta dos elementos biográficos, esse tipo de escrita era classificado somente como uma subcategoria do discurso histórico e, por esse motivo, foi amplamente apontado como produção estritamente feminina, além de pertencente, predominantemente, ao âmbito privado.

A respeito da subcategorização literária de *Quarto de despejo*, César (2024) destaca:

> [...] acerca do diário como um "subgênero" da Literatura, além do fato de sua autoria ser de uma mulher negra, pobre, favelada, *Quarto de despejo* estava fadado

> a travar uma luta desleal contra um opressor *status quo* (literário e social), cujas regras sequer cogitavam sua inclusão ou mesmo parcial aceitação no "seleto", "requintado" e "acadêmico" ambiente voltado ao que estabelecia ou considerava "apropriado" ou "bem-vindo", no que tange à escrita literária. As mais claras e constantes alegações para essa resistência residem, certamente, no fato de o diário ser restritivamente visto como um gênero "feminino", o que evidencia uma claustrofóbica e contínua marginalização de autoras, assim como sua inferiorização enquanto produtoras de obras literárias (César, 2024, p. 26).

Colaborando para esse panorama, o perfil narrativo de Carolina Maria de Jesus consiste em uma escrita que tem, como elemento basal, a identidade da autora enquanto mulher, pobre, negra, pessoa de pouca instrução formal e mãe solo, por meio do compartilhamento de suas vivências cotidianas, anseios e esperanças acerca de uma vida menos sofrida, em que se faz presente uma franqueza pungente, sem a preocupação de atenuar o peso e a dor de suas experiências. Nessa conjectura, Lejeune (1998) postula que a relação de identidade entre autor, narrador e personagem, na produção escrita de si, é um componente *sine qua non* da escrita autobiográfica, tendo como base estrutural o pacto autobiográfico, relação ambivalente entre a escrita íntima e a generalidade literária, caracterizada pelo trânsito entre a descrição da subjetividade e o prosaísmo.

Na obra, todos os fatos são delineados a partir do ponto de contemplação e experiências de Carolina Maria de Jesus (autora e narradora em 1ª pessoa), que procura descrever, também, as relações de coexistência, de caráter interpessoal, dos habitantes da favela onde vive. Dessa forma, seu foco narrativo desenvolve-se a partir do olhar oprimido e, ao mesmo tempo, esperançoso por uma mudança que proporcionasse melhores condições de

vida para si e sua família. Se for adotado como ponto de conceito o pensamento de Genette (1980), é possível classificar o estilo de narrativa de *Quarto de despejo* como autodiegético, uma vez que todos os fatos descritos no livro têm como marco inicial as experiências diárias da escritora, assim como os acontecimentos relativos à realidade diária da comunidade em que estava inserida.

No relato de si própria e da realidade que a cerca, Carolina encontra alicerce para sua escrita na autenticidade e ausência de subterfúgios, delineando a exposição de sua vida diária com a veracidade vinda do empirismo. Segundo a autora, "é preciso conhecer a fome para saber descrevê-la" (Jesus, 2014, p. 26). Na obra, em meio ao trabalho exaustivo de sua rotina diária, a autora ressalta que a fome, bem como a falta de dinheiro para comprar comida, é o fato recorrente mais doloroso e inalterável no seu dia a dia.

Em um dos dias de sua busca pelo sustento, catando papel e sucatas nas ruas de São Paulo, Carolina, em dado momento, passa mal devido à fome. "A tontura do álcool nos impede de cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago." (Jesus, 2014, p. 45). Nessa situação, comprova seus predicados, no âmbito do fazer literário, para a transposição dos sentimentos mais agoniantes, despertados pela fome e por sua batalha cotidiana: "Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para nos suicidar" (Jesus, 2014, p. 153). Ainda sobre os efeitos da fome e do júbilo diante do pouco que conseguia para se alimentar, Carolina relata:

> O Léon pegou o papel, recibi seis cruzeiros. Pensei em guardar para comprar feijão. Mas vi que não podia porque o meu estômago reclamava e torturava-me. [...].

> Resolvi tomar uma média e comprar um pão. Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves, tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos. A comida no estômago é como combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. Meu corpo deixou de pesar. [...] Eu tinha a impressão que eu deslizava no espaço. Comecei a sorrir como se eu estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida. (Jesus, 2014, p. 45-46).

Quanto ao alcance da obra, Heller (1979) relata que *Quarto de despejo* teve tradução em 13 idiomas desde sua publicação original. Porém, mesmo mais de 50 anos após seu lançamento, o livro ainda se encontra em curso de uma trajetória de denúncia acerca de um contexto de vida perverso, cruel e preocupantemente atual. Tragicamente, as questões evidenciadas pela narrativa de Carolina Maria de Jesus se mostram, ainda hoje, presentes em grandes centros do País, o que afeta não somente a identidade de um sujeito, mas também a figuração coletiva do humano genérico.

Na narrativa de Carolina Maria de Jesus, o espaço onde ocorrem os fatos por ela narrados entre os anos de 1955 e 1960, a favela do Canindé, na capital do Estado de São Paulo, desocupada na segunda metade da década de 1960 para a construção da Marginal Tietê[2], é caracterizado por meio de uma situação análoga à denominação "quarto de despejo". A comunidade é, também, constantemente descrita pela autora como uma metáfora do inferno: "Cheguei ao inferno. Devo incluir-me, porque eu também sou da favela. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo" (Jesus, 2014, p. 33).

2 Informação contida na apresentação de *Quarto de despejo:* diário de uma favelada, da edição de 2014.

Nessa esfera, que ilustra uma favela brasileira entre a primeira e a segunda metade do século XX, Toledo (2010) aponta que o espaço literário é uma configuração resultante da soma do significado e das escolhas estéticas e formais do narrador, isto é, as opções de escrita, no âmbito lexical-narrativo. Por esse motivo, modela a forma escolhida para relatar os fatos que compõem a história contada. A escritora descreve o espaço e suas características, em nível de conteúdo, delineando as personagens como componentes derivados diretamente dele, de modo a representar suas vivências.

O crescimento veloz e desordenado das grandes cidades brasileiras é, segundo Moraes (2013), provocado, entre outros fatores, pela instabilidade econômica advinda do final do século XIX, sendo o aumento populacional caótico causador de transformações radicais, nos grandes panoramas urbanos brasileiros. Como fator originário do expressivo desenvolvimento da economia brasileira durante o século XX, esses espaços também foram gradativamente ocupados pelas pessoas vindas campo, que aspiravam melhores condições nos centros urbanos, mas não podiam pagar para morar nas áreas nobres.

Acerca de seu estado, semelhante ao de outros moradores da favela do Canindé, Carolina Maria de Jesus afirma:

> Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. (Jesus, 2014, p. 45).

No que concerne ao discurso e escrita de Carolina Maria de Jesus, é perceptível que se encontra embasado não só em sua pouca instrução escolar, mas também nas leituras de alguns

periódicos de sua época, como jornais e livros achados no lixo. Em *Quarto de despejo,* a autora cita Castro Alves e Casimiro de Abreu. Desse modo, Carolina transita entre dois conjuntos semânticos distintos, embasados em estilos diversos de escrita: a norma culta da Língua Portuguesa, que Carolina procura seguir por meio do uso de vocábulos normativamente rebuscados e expressões retiradas de obras encontradas durante o trabalho diário, e o arcabouço vocabular utilizado no seu cotidiano.

Por essa razão, o compêndio lexical de *Quarto de despejo* perpassa as limitações normativas da gramática, constituindo-se em uma fusão de vocábulos formais com seu próprio conjunto linguístico, repleto de elementos vindos da oralidade, da fala daqueles que, não só pelo cânone literário, mas também pela sociedade da época, eram marginalizados por suas condições socioeconômicas. Nesse âmbito, a mescla da escrita com o perfil linguístico da fala dos favelados, por meio da utilização de provérbios, ditados populares e até passagens bíblicas, constitui alicerce para a construção de um tipo de linguagem singular e narrativa original, ímpar.

Por conta da versatilidade linguística de seu discurso literário, fruto do uso da oralidade do meio em que vivia, combinada com palavras e expressões vindas de livros achados durante seu cotidiano de trabalho, Carolina foi ignorada pelo meio social do qual fazia parte, haja vista sua limitada educação formal, de poucos saberes institucionalizados. Carolina Maria de Jesus não conseguia se inserir em um ambiente literário pretensamente erudito, canônico, por sua constituição de vida. O preconceito linguístico era ferramenta de exclusão literária-editorial.

Todavia, apesar das barreiras literárias e sociais a ela impostas, Carolina tornou-se referência providencial de consciência racial, de gênero e social. Trata-se de uma escritora única não só pela maneira como sua escrita foi executada, mas também pela forma como reverberou e se tornou objeto de estudos acadêmicos e debates psicossociais.

Toledo (2010) afirma que, no âmbito da projeção discursiva, Carolina fez da favela um foco de contemplação e debate, e trouxe à luz tópicos importantes como as diversas formas de exclusão social, fazendo com que esse assunto adquirisse proporções até mesmo midiáticas, não somente por seu "discurso perturbador", causador de estranhamento aos leitores e à crítica especializada da época, mas também pela representação controversa e inesperada de sua figura. Carolina tomou para si, com coragem e autenticidade, a sustentação da escrita canonicamente desprezada, encontrando na verdade marginalizada sua principal aliada, narrando o dia a dia repleto de contendas com os vizinhos e demais moradores do Canindé. Produziu literatura de negros, escrita feminista, linguagem única, provando que a opressão social é o principal suporte estrutural da negligência aos direitos humanos, colocando-se como referência vívida da diferença.

O preconceito linguístico e banimento literário

No que tange às críticas destinadas a Carolina Maria de Jesus, por sua linguagem considerada "simplória" e "inadequada" à escrita literária, urge frisar que todo falante nativo de uma língua tem domínio semântico sobre ela, já que a conhece de forma intuitiva e a utiliza com propriedade, nos processos de comunicação e de uso da linguagem verbal, como também de

suas regras fundamentais de operação. A cobrança inapropriada, por parte da elite literária tradicional, de uma norma gramatical que não corresponde à realidade de vida da autora, sendo relativo somente ao uso proposital desse fator para impor preconceitos oriundos de outras naturezas, atreladas ao conservadorismo e rigidez social brasileira da primeira e início da segunda metade do século XX.

O apagamento sistemático de Carolina Maria de Jesus, que resultou em seu banimento da esfera literária-editorial, tem origem na segregação social, econômica, racial e de gênero. Com a necessidade de abrangência do entendimento acerca da comunicação como uma ferramenta de inclusão social em diversas instâncias, torna-se urgente uma diferente concepção de análise da complexidade do uso amplo e plural da linguagem, que deve construir não só uma nova metodologia para seu estudo e compreensão, mas também, principalmente, um "novo olhar sobre a diversidade e desdobramentos linguísticos" (Possenti, 1997, p. 45).

Para a ampliação da compreensão da linguagem como instrumento literário de representação e expressão, se faz indispensável uma reflexão mais aberta e pluralizada acerca do fato de que sociedade, especialmente a moderna, precisa se distanciar das concepções sociais tradicionais por seu dinamismo, trazendo consigo várias transformações, incertezas e as fragmentações da identidade de um sujeito inconstante, que tenta colocar-se em seu próprio eixo. Sobre a sociedade como instituição moderna, Giddens afirma:

> A vida social moderna é caracterizada por profundos processos de reorganização do tempo e do espaço, associados à expansão de mecanismos de desencaixe – mecanismos que descolam as relações sociais de

> seus lugares específicos, recombinando-as através de grandes distâncias no tempo e no espaço. A reorganização do tempo e do espaço, somada aos mecanismos de desencaixe, radicaliza e globaliza traços institucionais preestabelecidos da modernidade, e atua na transformação do conteúdo e da natureza da vida social cotidiana (Giddens, 2002, p. 10).

Partindo dessa premissa, para entender a escrita de Carolina Maria de Jesus como literatura em seu conceito mais elementar, é necessário destacar que ela teve, especialmente até a publicação de *Quarto de despejo*, parcas oportunidades de acesso a saberes institucionais. Além disso, por sua história, é inevitável reconhecer que a autora travou árduas lutas contra diversos tipos de preconceito, inclusive o linguístico, como meio de descaracterizar o inegável aspecto literário de suas obras.

O sociolinguista Marcos Bagno evidencia que as variedades linguísticas estigmatizadas são "empregadas predominantemente pelos falantes das camadas sociais de menor poder aquisitivo e de menor escolarização" (2013, p. 65). Devido a esse contexto, constituem uma variante linguística estigmatizada socialmente, que não desfruta de prestígio. Ademais, acerca do preconceito linguístico, o autor pontua, de forma incisiva, diversas especificidades de preconceito:

> O preconceito linguístico é tanto mais poderoso porque, em grande medida, ele é "invisível", no sentido de que quase ninguém se apercebe dele, quase ninguém fala dele, com exceção dos raros cientistas sociais, que se dedicam a estudá-lo. Pouquíssimas pessoas reconhecem a existência do preconceito linguístico, que dirá sua gravidade como um sério problema social. E quando não se reconhece sequer a existência de um problema, nada se faz para resolvê-lo (Bagno, 2009, p. 23-24).

Por conta desse cenário, tanto na esfera da crítica literária quanto da execução da literatura em si, é providencial que se compreenda que, em toda língua, existe um fenômeno denominado "variação". Nenhum idioma é falado ou escrito da mesma maneira em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico. A ortografia oficial é necessária, mas não se pode ensiná-la tentando criar um idioma falado ou redigido "artificial" e reprovando como "erradas" as pronúncias resultantes dos fatores internos que regem os idiomas.

No campo da linguagem, bem como no da literatura, para a educação, no sentido de compreensão da expressão (linguística, artística e literária) em sua amplitude e pluralidade, o importante deve ser o que nela é revelado, não a padronização de seus meios operacionais (educare), isto é, "a autorreflexão crítica" (Adorno, 1995, p. 121). Dessa forma, a educação acerca dos meandros da linguagem precisa ser crítica e autocrítica a ponto de perceber os percalços da racionalidade instrumentalizada, do pensamento objetificado que tece em uma rede ideológica claustrofóbica.

Em *Teoria estética* (1992), Adorno conjectura que a lógica da linguagem, cuja eficácia é subjacente à prática e onde teoria, processo e crítica devem ser situados em âmbito mais extenso ou de maior alcance, no que concerne ao estudo das relações entre os processos de comunicação e suas relações entre si, o conceito de expressão deve emergir com um espaço possível para a revitalização ou reconfiguração crítica desta lógica formativa. É indispensável refletir para estabelecer um foco teórico que possa atuar como resíduo de esperança de reflexão, inclusão e transformações psicossociais, não de categorizações limitantes e, por conseguinte, excludentes.

Desse modo, no espectro da educação linguística como apêndice futuro da análise literária, urge a valorização do

saber intuitivo do escritor e não a supressão autoritária de sua singularidade discursiva, acusando-a de ser "feia" ou "corrompida". A presença da norma culta tem de ser percebida como um acréscimo aos processos de comunicação, oral ou escrita, informal ou literária, onde a bagagem linguística, fruto do cognitivo prévio e vivências empíricas do indivíduo, possa atuar como elemento primordial de sua construção textual. Não pode ser imposta como uma substituição de uma variação linguística preconceituosamente taxada como "errada" por uma pretensamente "correta".

Para que a padronização ou elitização da linguagem na escrita, como também na análise e crítica pertinente à literatura, não interfira nos processos de escrita como ditame do que é adequado ou mesmo relevante, se faz primordial a conscientização, acadêmica e social, de que todo falante nativo é um usuário apto dessa língua, a partir do momento em que ele é capaz de se comunicar por meio dela. A Língua Portuguesa, em todas as suas variações e nuances, é, social, artística e literariamente, um traço cultural comum a todos que a falam, sejam brasileiros, portugueses ou de outras nações que utilizam esta língua como idioma oficial. Seja na oralidade, seja na escrita ou na produção literária, permeia tudo, sendo ela um elemento constituinte de todos nós enquanto seres humanos. Somos a língua que falamos, sendo a partir dela que vislumbramos e tentamos compreender o mundo e o figuramos.

O racismo estrutural na crítica literária

Carolina Maria de Jesus, como escritora, representa uma série de traumas vividos devido à constituição de sua condição social: mulher, negra, pobre, com quase nenhuma educação

formal, catadora, mãe solo e favelada. Portanto, sua produção literária se dá a partir das violências e abusos sofridos por ela, como reflexo da desumanização provocada pela miséria e pela marginalização do coletivo de pessoas (moradores da, hoje extinta, favela do Canindé, em São Paulo) pelo coletivo maior (habitantes da cidade), juntamente com o descaso do poder público e o racismo, institucional e social. Para Fernanda Rodrigues de Miranda:

> A prática literária é articulada à própria experiência do espaço periférico, o que torna esta produção, antes de repertório de técnicas literárias, ferramenta para entendimento e a organização social: uma estratégia que rompe a compreensão da literatura apenas como bem espiritual, fonte de ilustração e prazer desinteressado. Nesse sentido, as reverberações ultrapassam o campo do estético, visto que a literatura é significada também como uma forma de articular a experiência de morar na periferia (Miranda, 2013, p. 17).

Antes de qualquer convenção linguística ou categorização literária, o lugar de fala de Carolina Maria de Jesus é de fundamental importância para compreensão da voz narrativa contida em sua escrita: era negra, semiletrada, mãe solo de três crianças, catadora de papel e metais para sustento da casa e família. Por meio de sua escrita, Carolina narrou "sua vivência e relações sociais no âmbito da favela, evidenciando as violências que, em seu dia a dia, ela, seus filhos e os vizinhos perpetravam e/ou sofriam" (Meihy, 1998, p. 82-91). Na conjectura de Miranda: "a narrativa de Carolina traz o cotidiano periférico não somente como tema, mas como maneira de olhar a si e a cidade" (Miranda, 2013, p. 16).

Apesar de Carolina Maria de Jesus ter se tornado relevante para a pesquisa acadêmica e também para o debate acadêmico

há um tempo relativamente recente (mais ou menos desde o início da década de 2000), é válido ressaltar que sua segregação e banimento literário, tendo sido o preconceito linguístico um instrumento de sua marginalização nesse panorama, ocorreu não só na época do lançamento de *Quarto de despejo,* quando sua escrita foi descaracterizada pela imprensa dita especializada, como também por integrantes do cânone literário do período em questão, e taxada como "inapropriada à literatura". Essa exclusão ocorre, também, na contemporaneidade. Como exemplo cabal dessa situação é válido citar um fato ocorrido no dia 17 de abril de 2017: Carolina Maria de Jesus foi homenageada na Academia Carioca de Letras. Ivan Cavalcanti Proença, professor de literatura, iniciou a cerimônia elogiando a obra e exibindo um exemplar raro de *Quarto de despejo,* edição de 1966. Porém, concluiu sua fala com as seguintes frases:

> Só tem uma coisa: isso não é literatura. Isso pode ser um diário e há inclusive o gênero, mas definitivamente, isso não é literatura. Cheia de períodos curtos e pobres, Carolina sem ser imagética, semianalfabeta, não era capaz de fazer orações subordinadas. Por isso, esses períodos curtos (Lucinda, 2017).

Este episódio coloca em foco diversos aspectos do racismo estrutural presentes na crítica literária, exigindo um formalismo institucional da escrita de Carolina de Jesus desde o passado até os dias de hoje, como condição para sua legitimação como escritora e possível aceitação como tal, reservando a ela uma espécie de obrigação de adequar sua forma de expressão ao que é criticamente considerado adequado, para que seja encarada como uma igual. Tal conjuntura desperta questionamentos sobre o fato de uma negra, enquadrada como periférica, ser homenageada no lugar literário mais bem-conceituado da capital

fluminense, como se aquele espaço não fosse de merecimento para a escritora mineira.

O racismo estruturalmente presente nas críticas ao seu trabalho, sob o pretexto de que sua escrita era "pobre" e "limitada", buscava constantemente deslegitimá-la como pessoa, ao colocar em dúvida os predicados derivados de sua humanidade, situando-a em um *status* sociocultural do "não-ser". O perfil social de Carolina Maria de Jesus se interliga com o racial, formando uma trama catalisadora dos traumas: o racismo mina as chances de mudança nas desigualdades materiais e simbólicas, consolidando a miséria, bem como a perpetuação de situações traumáticas.

> O racismo, por assim dizer, estrutura o Estado brasileiro. Ele é um dos principais organizadores das desigualdades materiais e simbólicas vividas pelo povo brasileiro. Ele estrutura as condições e possibilidades de trabalho, de estudo, de vínculo (incluindo o casamento e os vínculos amistosos), de liberdade, de lugar (ou não lugar) onde morar, a forma de morrer etc. Afeta a possibilidade de os negros garantirem o presente, planejarem o futuro, realizarem sonhos, satisfazerem necessidades (Costa, 2012, p. 16).

Decorrentes da ação dos aparelhos discriminatórios que pautam as relações de poder, os traumas podem ser constatados, na obra, em passagens nas quais se verifica a negação da própria negritude, como é perceptível na filha de Carolina, Vera Eunice: "Ela sorriu e disseme: que está contente comigo e não vai comprar uma mãe branca." (Jesus, 2014, p. 68). Outros exemplos: "Nunca vi uma preta gostar tanto de livros quanto você" (Jesus, 2014, p. 27). E: "Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: "É pena você ser preta." (Jesus, 2014, p. 65). Já em outra passagem, a autora retrata sua figuração identitária como forma de reivindicar respeito e igualdade:

> [...] eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reincarnações, eu quero voltar sempre preta. [...] O branco diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém (Jesus, 2014, p. 64 e 65).

Sendo um pungente testemunho de sobrevivência de pessoas que por questões de gênero, raça, classe e vulnerabilidade socioeconômica são colocadas na condição de proscritos, *Quarto de despejo* se constitui como uma das primeiras narrativas marginalizadas a ter grande repercussão pública. Por esse motivo, a obra é dotada de enorme relevância enquanto relato da vida e, sob o aspecto da miséria urbana, expõe uma existência pautada por traumas cíclicos com origem e continuidade na fome, violência, miséria e racismo.

Interseccionalidade, literatura e feminismo negro

Antes de qualquer consideração acerca da proposição, perspectiva e análise teórica que sedimentam o presente estudo, é necessário salientar que o percurso metodológico, além da pesquisa e revisão bibliográfica, conjuga duas vertentes críticas. Inicialmente, fundamenta-se em Candido (1999) para conceber a crítica literária como instância mediadora entre a criação artística e os sistemas socioculturais, capaz de revelar camadas de sentido não imediatamente visíveis, enquadramento teórico

essencial à análise de autoras negras brasileiras historicamente silenciadas.

Em seguida, incorpora a abordagem historiográfica de Jauss (1994), que desloca o foco do cânone tradicional para o horizonte de expectativas dos leitores e sua recepção histórica, compreendendo a história da literatura como um "processo de recepção e produção estética que se realiza na atualização dos textos literários por parte do leitor que os recebe, do escritor, que se faz novamente produtor, e do crítico, que sobre eles reflete" (Jauss, 1994, p. 25), procedimento que transforma a análise em um diálogo ativo entre passado e presente, e permite apreender a complexidade, profundidade e resistência contidas na escrita de autoras marginalizadas.

A essa base teórica alia-se, ainda, a perspectiva dos estudos feministas interseccionais, foco elementar desta investigação, que articulam raça, gênero e classe como categorias epistemológicas indissociáveis, ampliando o olhar crítico para compreender como o preconceito linguístico e o banimento literário operam de maneira combinada sobre vozes e corpos femininos negros, desvelando as múltiplas opressões que atravessam a obra de Carolina Maria de Jesus e sua recepção na história literária brasileira.

A partir dessa conjectura, para que seja possível o alcance do entendimento analítico sobre o fato de que a escrita de Carolina, como discurso literário, consiste na evocação à ressignificação do exercício da literatura, é indispensável olhá-lo sob um ponto de vista que transcende a tradição conceitual vinculada aos cânones literários. Afinal, mesmo na atualidade, ainda há quem afirme, no campo da crítica, que o que a autora, negra, pouco alfabetizada, pobre e moradora da favela produziu não pode ser considerado

"literatura", especialmente em âmbitos que delineiam a arte literária como a referendada somente pela língua de Camões ou, ironicamente, de outro escritor negro: Machado de Assis. Partindo deste ponto de reflexão, não é absurdo conjecturar que as críticas à linguagem de *Quarto de despejo* se devem mais a questões ligadas à interseccionalidade entre questões raciais, de classe e de gênero do que às características de sua escrita em si.

Conforme os estudos de Akotirene (2019, p. 27), o conceito de "interseccionalidade" é "abrangente e variado" e teve sua origem durante a década de 1970, nos Estados Unidos, em um ato organizado por mulheres negras, socialistas e lésbicas, intitulado *The Combahee River Collective was actually formed in 1974 (not 1970) as a radical Black feminist lesbian socialist organization in Boston*, com o objetivo de debater sobre o discurso das feministas radicais que defendiam a categoria como luta homogênea. Antagônicas a esse conceito, as pesquisas interseccionais focaram no deslocamento do tópico para tentar desestruturar a pirâmide das opressões vivenciadas por mulheres negras e indígenas, até então classificadas em estereótipos raciais e classistas: mulher, negra, pobre e periférica, entre outros. Para as estudiosas da interseccionalidade, essas representações indenitárias são construídas de forma concomitante, sem modelos organizacionais preestabelecidos.

> [...] [a] interseccionalidade revela o ciclo lunar da militância encabeçada pelas intelectuais negras, numa diversidade de marés na história do feminismo, rejeita a brancura das ondas feministas, que não passaram experiências da colonização e nem sequer compuseram o projeto intelectual emocionado, manifesto de força teórica negra, sem estar presa às correntes eurocêntricas e saberes narcísicos (Akotirene, 2019, p. 22).

Apesar de os estudos interseccionais ocorrerem desde os anos 1970, o conceito só ganhou projeção epistemológica quando foi cunhado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989), na obra *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex:* a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. A autora, como ponto de partida para sua elucubração teórica, elaborou uma proposta conceitual centrada em uma conjectura metafórica que delineia mulheres não brancas e pobres como estando no centro de um cruzamento. Tentando atravessá-lo, acabam atingidas por veículos diversos, sendo impetuosamente arremessadas de um lado para outro: "no nível mais simples, raça, gênero e classe estão implicados juntos, porque o fato de ser uma mulher de cor se correlaciona fortemente com a pobreza" (Crenshaw, 1994, p. 96, **tradução nossa**).

Partindo da observação da presença da interseccionalidade no âmbito literário, se, por um longo tempo, a autora branca foi ignorada, não tendo a relevância reconhecida e a qualidade de sua escrita reconhecida ou apreciada pela crítica tradicional, a autora negra teve a sua consciência e práticas literárias submetidas a uma escala de opressões muito maior. Certamente, escritoras brancas não experimentaram os mesmos processos discriminatórios das escritoras negras. Sobre a questão, Angela Davis (2016, p. 102) afirma que: "com frequência, racismo e sexismo convergem e a condição das mulheres brancas trabalhadoras, não raro, é associada à situação opressiva das mulheres de minorias étnicas".

Muitas pesquisadoras estudam a interseccionalidade, termo que conceitua a relação de interdependência das questões que envolvem raça, classe e sexo, enfatizando a relevância do entendimento acerca de gênero, raça e classe social, bem como

da sexualidade e de que forma essas categorias convergem e influenciam a vida e a identidade das mulheres negras. Entre as pesquisadoras que estudam a interseccionalidade, Patricia Collins postula:

> O manifesto propunha que os sistemas separados de opressão, como eram tratados, fossem interconectados. Porque racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, coletivamente, moldavam a experiência de mulher negra, a libertação das mulheres negras exigia uma resposta que abarcasse os múltiplos sistemas de opressão (Collins, 2017, p. 8).

Nesse âmbito, o feminismo interseccional nos estudos literários é fator analítico de enorme preponderância rumo à tomada do protagonismo por parte de escritoras negras, alvos constantes de tipos diversos de silenciamento, como Carolina Maria de Jesus, que sofreu constante banimento por parte da crítica literária de sua época e após sua morte. A representatividade mostra-se essencial para o processo de desconstrução de papéis sociais depreciativos e excludentes, previamente atribuídos a grupos sociais historicamente marginalizados.

No que é relativo à ruptura do silêncio, Lorde (2019) destaca a necessidade de visibilidade da presença das mulheres negras na sociedade, juntamente com a atuação de seus discursos como instrumento de urgente relevância contra o silenciamento ao qual são regularmente sujeitas. Não é só a diferença por ele acarretada que as imobiliza, mas também os muitos silêncios, originários de vários fatores, como a colonização dos países do Sul Global, e convergentes em processos excludentes, que precisam ser rompidos. No espectro do silenciamento colonialista de mulheres negras, Davis (2026) frisa que:

> [...] se, e quando, alguém conseguir acabar, do ponto de vista histórico, com os mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, ela (ou ele) terá prestado um serviço inestimável. Não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado; as lições que ele pode reunir sobre a era escravista trarão esclarecimento sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca da emancipação (Davis, 2016, p. 17).

Tomando como foco basal a reflexão acerca do viés interseccional contido nos preconceitos sofridos pela obra de Carolina Maria de Jesus, presente na tendenciosa alegação de "inadequação" de sua linguagem, como meio de banimento literário e silenciamento de discursos, é previsível constatar o fato de que escritoras afro-brasileiras galgaram seus espaços com lutas extremamente desiguais, em épocas passadas, aspirando espaços de reconhecimento junto aos cânones. Carolina Maria de Jesus foi tardiamente reconhecida e sua obra de maior projeção, *Quarto de despejo*, de 1960, levou certo tempo para alcançar o grande público. Por essa razão, Carolina, mesmo sem ter conhecimento aprofundado do movimento feminista ou do termo "interseccionalidade", bem como de seu objeto de estudo, por todos os elementos que compõem o histórico de sua vida e obra, pode ser considerada um exemplo icônico não só da literatura de combate, mas também do feminismo negro, como instrumento de expressão social de resistência.

A urgência da voz de Carolina

O banimento literário-editorial da obra *Quarto de despejo:* diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus, é um exemplo no âmbito de categorização canônica da produção

literária, pautada na privação do lugar de fala dos marginalizados, subjugados pelos preconceitos e segregação que procuram excluí-los da visão, amparados pelo fundamentalismo crescente em um país que hoje flerta com o autoritarismo, preferindo ignorá-los. Por conta da narrativa nele contida, o livro expõe a dureza do silenciamento advindo das desigualdades e injustiças sociais e históricas, que necessitam de vozes que catalisem luz e a devida atenção às questões levantadas pela autora, em seu livro mais conhecido. A desvalorização de seu trabalho ainda é, na contemporaneidade, extremamente notória, já que a sociedade cisheteropatriarcal racista, de perfil colonialista, procura invisibilizar a diversidade de saberes, realidades e figurações que precisam de massiva representatividade.

Os preconceitos reguladores de formação e estrutura social, sendo a produção literária parte integrante desse sistema, tendem a perenizar violações não só dos direitos, mas também da condição humana, haja vista o racismo, o machismo, a homofobia e discrepâncias econômicas. Nessa esfera, a voz e a figura de Carolina Maria de Jesus mostram-se urgentes catalisadoras de estranhamentos e perturbações sociais. Sua história de vida (mulher, negra, pouco instruída, catadora, favelada e mãe solo) expõe inconvenientes diferenças sociais, raciais e de gênero, em uma estrutura que se posiciona contra qualquer representação considerada "dissonante", tanto à época como ainda na atualidade, criando estereótipos geradores de exclusão do que vem a ser "aceitável" para um escritor – não há abertura às particularidades de sua escrita.

Carolina Maria de Jesus, no conjunto de sua trajetória literária, que inclui títulos como *Casa de Alvenaria:* diário de uma ex-favelada (1961)*, Pedaços da fome* (1963) e *Provérbios*

(1965), sofreu discriminação que gerou avaliações depreciativas de sua escrita, por parte da crítica literária de sua época, juntamente com ataques ao estilo de escrita que a caracterizou. Ataques originários de fatores intersecionais que geram processos discriminatórios. A saber, as obras supracitadas não tiveram a mesma notoriedade (ainda que esta tenha sido tardia) de sua obra mais conhecida, *Quarto de despejo*.

A trajetória de Carolina Maria de Jesus como escritora e pessoa deixou, na literatura, fortes traços de enfrentamento aos discursos prevalecentes de silenciamento, evidenciando que os espaços de fala precisam ser ocupados para que escritoras negras possam representar a si mesmas. Por meio de suas vivências, como também de sua produção literária, é possível contatar um legado de visceral relevância para o debate sobre questões de raça, gênero e vulnerabilidade socioeconômica, pertinentes ao debate acadêmico e à produção científica, relativas ao feminismo negro e sua representatividade na literatura, na educação em seus diversos campos de atuação e, por conseguinte, na sociedade.

Referências

ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação.* Tradução de Wolfang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Editora 70, 1992.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*: o que é, como se faz. 52. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

BAGNO, Marcos. *Sete erros aos quatro ventos*: a variação no ensino de português. São Paulo: Parábola, 2013.

CANDIDO, Antônio. *Na sala de aula*: caderno de análise literária. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999. (Série Fundamentos).

CÉSAR, Waldimiro Maximino Tavares. *Quarto de despejo e Cartas a uma negra*: diálogos possíveis sobre interseccionalidade e decolonialidade. 2024. 149 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas: Manaus, 2024.

COLLINS, Patrícia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Tradução de Bianca Santana. *Revista Parágrafo*, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Contratos de prestação de serviços educacionais e o Código de Defesa do Consumidor*. Brasília: CNJ, s.d.

COSTA, Eliane Silva. *Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum*, n. 140, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity, Politics and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, p. 1241-1299, 1994.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira*: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Veja, 1980.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade.* 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HELLER, Agnes. Estrutura e dinâmica da vida cotidiana e sobre os preconceitos. *In*: HELLER, Agnes. *O quotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 26-53.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria:* diário de uma ex-favelada. São Paulo: Editora Francisco Alves, 1961.

JESUS, Carolina Maria de. *Pedaços da fome.* São Paulo: Editora Aquila, 1963.

JESUS, Carolina Maria de. *Provérbios.* São Paulo: Editora Áquila, 1965.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, [1960] 2014.

LEJEUNE, Philippe. *El pacto autobiográfico y otros estudios*. Ciudad de México: Editorial Lumen, 1998. (Colección El mundo iluminado).

LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Tradução de Stephanir Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUCINDA, Elisa. Carolina de Jesus é literatura sim! *Publishnews*, abr. 2017. Disponível em: https://www.publishnews.com.br/materias/2017/04/24/carolina-de-jesus-e-literatura-sim. Acesso em: 23 fev. 2025.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio. *Revista USP*, São Paulo, n. 37, p. 82-91, mar./mai. 1998.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues. *Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus:* experiência marginal e construção

estética. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários.* São Paulo: Cultrix, 1974.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *A cidade no Brasil:* território e desenvolvimento. São Paulo: Edusp, 2013.

POSSENTI, Sírio. *Humores da língua.* Campinas: Mercado das Letras, 1997.

TOLEDO, Cristiane Vieira Soares. Carolina Maria de Jesus: a escrita de si. *Lêtronica*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 247-257, jul. 2010.